

Dornelles refaz o orçamento



Arquivo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, apresentará, na prática, um novo orçamento fiscal ao Congresso Nacional, na exposição que fará no próximo dia 8 de maio, demonstrando a realização de despesas de Cr\$ 160 trilhões contra receitas de apenas Cr\$ 112 trilhões. Para cobrir o déficit de cerca de Cr\$ 50 trilhões, o ministro defenderá junto aos parlamentares a combinação de mais cortes nos gastos públicos com aumento da carga tributária.

Outras formas de financiamento do déficit público, segundo a Fazenda, encontram-se hoje praticamente esgotadas. A contínua utilização da dívida pública implicaria pressão adicional sobre as taxas de juros e aumento da inflação de custos. E mais emissão de moeda poderia levar o País, de vez, a uma hiperinflação. Restariam, portanto, corte nos gastos e mais impostos. Mas a Fazenda reitera que, qualquer decisão, terá de ser tomada pela sociedade, através de seus representantes no Congresso Nacional.

OUTRAS FONTES

A receita federal estuda várias alternativas que possibilitem criar outras fontes de recursos. A curto prazo uma das formas de obtenção de receita será a intensificação da fiscalização. O Finsocial, que nunca tinha sido fiscalizado, agora receberá

toda atenção do fisco, e terá dobrada sua arrecadação, de Cr\$ 7 trilhões para Cr\$ 14 trilhões. A fiscalização sobre IPI-bebidas também será intensificado, mas o governo não pensa em aumentar as alíquotas de IPI, porque já foram elevadas ao máximo permitido pela lei. Também continuará merecendo grande atenção a fiscalização sobre o mercado financeiro.

O Ministério da Fazenda acha que dispõe de uma enorme margem para tributação de ganhos e rendimentos de capital, e um secretário-adjunto da Receita Federal estima que não esteja sendo tributado nem 10% desse universo. Por isso, o Conselho Monetário Nacional aprovará brevemente o aumento da alíquota do IR sobre o mercado aberto, de 10 para 12%, possibilitando mais receita de Cr\$ 800 bilhões. Menor isenção de Imposto de Renda também está sendo examinada, podendo alcançar a alienação de ações nas bolsas de valores, as operações a termo nas bolsas de mercadorias e a venda de bens imóveis.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

UM assessor do ministro Francisco Dornelles garantiu que as camadas mais pobres da sociedade não serão punidas com aumento de impostos. De fato esboça-se, hoje, na Receita Federal, a iniciativa de se propor ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar criando um imposto sobre patrimônio líquido das pessoas físicas, ou seja, um

imposto sobre a riqueza acumulada. Mas existem vários inconvenientes, a começar pela forma de cobrar esse tributo.

Para a receita, a cobrança de imposto sobre patrimônio líquido das empresas não é aconselhável, porque elas inevitavelmente repassariam a tributação aos preços.

VALOR AGREGADO

Para cobrir o déficit de Cr\$ 8 trilhões do Sistema de Previdência Social, o Ministério da Fazenda pretende cobrar um tributo das empresas, de acordo com o valor agregado do produto, a exemplo do que ocorre com o ICM. Esse tributo penalizaria especialmente as empresas com tecnologia mais avançada, cujo valor agregado é alto, empregando poucos funcionários. Essa medida, conforme a Fazenda, viria inclusive ao encontro da meta de geração de mais empregos. A idéia básica, conforme fonte da Receita Federal, é desvincular a cobrança da previdência social do fator mão-de-obra.

Qualquer que seja a decisão a ser tomada, para cobrir o déficit de caixa, terá que ser aprovada pelo Congresso Nacional. A Fazenda vai explicar que, em agosto de 1984, a despesa e receita eram estimadas em Cr\$ 88 trilhões. Depois passou para Cr\$ 112 trilhões. Ocorre que a despesa já cresceu para Cr\$ 160 trilhões, e o excesso de arrecadação não permitirá uma receita nem de Cr\$ 140 trilhões, como inicialmente se previa.